



A VIA APÓS ROMA UMA EUROPA SOCIAL

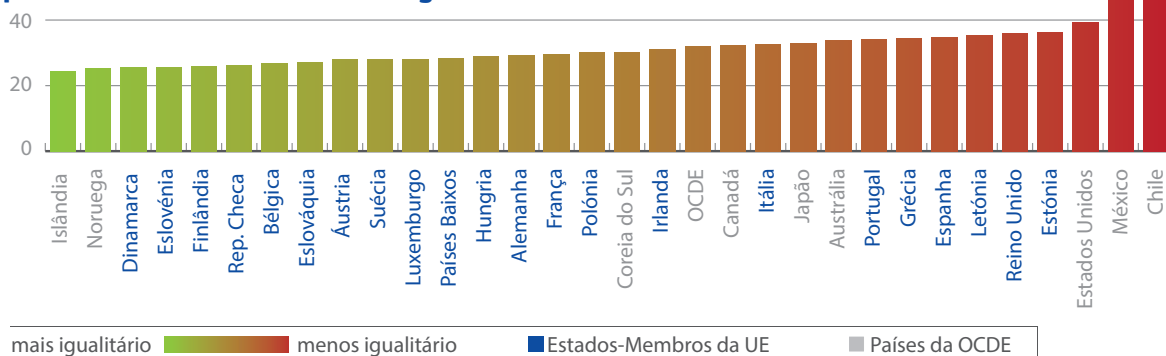


«Desde o início do meu mandato que tornei claro que o meu objetivo era uma Europa mais social, e posso afirmar que foram tomadas algumas medidas importantes nesse sentido. Este ano será crucial. Na sequência da vasta consulta pública, é chegado o momento de criar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A Cimeira Social, a realizar na Suécia, ajudar-nos-á a imprimir a dinâmica necessária e a colocar as prioridades sociais onde devem figurar: no topo da agenda da Europa.»

Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia, 23 de janeiro de 2017

A dimensão social do projeto europeu remonta aos Tratados de Roma de 1957, que já continham uma disposição que garantia a igualdade de remuneração entre mulheres e homens pelo mesmo trabalho. A inclusão das disposições de caráter social no Tratado era motivada por considerações de ordem essencialmente económica: uma maior circulação de trabalhadores era fundamental para responder às necessidades das empresas, e, no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, a França pretendia eliminar as eventuais distorções da concorrência, já que tinha adotado disposições em matéria de igualdade de remuneração entre homens e mulheres muito mais cedo e receava que a mão de obra feminina barata da Alemanha colocasse em desvantagem as suas empresas e a sua economia.

A Europa acolhe as sociedades mais igualitárias do mundo



Nota: Este gráfico mostra a distribuição do rendimento entre as pessoas recorrendo ao coeficiente Gini, em que 0 representa igualdade perfeita.
Fonte: OCDE, últimos dados disponíveis

A Europa dispõe já dos sistemas mais avançados de Estado-providência a nível mundial. Todavia, é necessária uma profunda modernização dos sistemas de proteção social para que estes continuem a ser viáveis e consigam acompanhar as novas realidades demográficas e as novas formas de organização do trabalho.

A Declaração de Roma:

«Uma Europa social: uma União baseada no crescimento sustentável que fomente o progresso económico e social, bem como a coesão e a convergência, salvaguardando ao mesmo tempo a integridade do mercado interno; (...) que promova a igualdade entre mulheres e homens, bem como os direitos e a igualdade de oportunidades para todos; uma União que lute contra o desemprego, a discriminação, a exclusão social e a pobreza; uma União onde os jovens tenham acesso à melhor educação e formação e possam estudar e encontrar trabalho em todo o continente.»

O DESAFIO

No plano social, existe muitas vezes um desfasamento entre as expectativas das pessoas e o que a Europa é capaz de realizar. Por exemplo, no domínio da luta contra o desemprego dos jovens, as iniciativas da UE, tais como a Garantia para a Juventude, ajudaram 9 milhões de pessoas a encontrar oportunidades, mas continuam a ser uma gota no oceano, tendo em conta a dimensão do problema em todo o continente. O Fundo Social Europeu é altamente eficaz, mas representa apenas 0,3 % da despesa dos europeus em serviços sociais.

Por conseguinte, chegou o momento de examinar a forma de chegar a uma União que «fomente o progresso económico e social, bem como a coesão e a convergência», como solicitado pelos líderes europeus na **Declaração de Roma** de 25 de março de 2017.

GARANTIA PARA A JUVENTUDE: RESULTADOS

A Garantia para a Juventude constitui um compromisso político assumido por todos os Estados-Membros da UE em abril de 2013 para proporcionar a todos os jovens com menos de 25 anos uma boa oferta de emprego, formação contínua, aprendizagem ou estágio no prazo de quatro meses após a perda do emprego ou o abandono da educação formal.

Lançada pela Comissão, a Garantia permitiu reduzir o desemprego dos jovens



PERSPETIVAS FUTURAS

A Comissão Europeia agiu com determinação para voltar a colocar a dimensão social no cerne do trabalho da Europa, como demonstram as suas propostas destinadas a estimular a Garantia para a Juventude, o estabelecimento de regras novas e equitativas para o destacamento dos trabalhadores e a coordenação dos sistemas de segurança social, ou ainda a modernização da legislação em matéria de saúde e segurança. Em abril, a Comissão apresentará as suas propostas sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que definirão uma série de princípios essenciais para apoiar o bom funcionamento e a equidade dos mercados do trabalho e os sistemas de proteção social na área do euro.

No **Livro Branco sobre o futuro da Europa**, a Comissão examina vários cenários para impulsionar a dimensão social da Europa. Por exemplo:

- *Fazer «mais», quem quiser «mais»* (Cenário 3): Um grupo de países poderia optar por trabalhar em conjunto para chegar a um acordo sobre uma maior harmonização dos direitos laborais e da proteção social.
- *Fazer «menos» com maior eficiência* (Cenário 4): Os Estados-Membros poderiam optar por reforçar a cooperação em áreas diferentes da política social, o que significa que os salários e a legislação social continuariam a variar significativamente em toda a Europa.

DATAS-CHAVE

